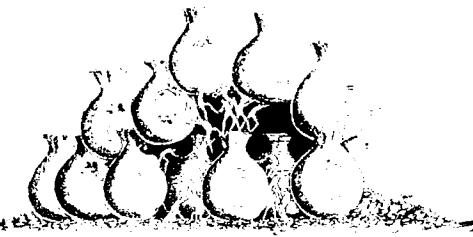


ARTIGO



A monumental falsificação de que estamos sendo vítimas

Fernão Lara Mesquita, editorialista do Jornal da Tarde.

Tentar antecipar a amplitude da devastação que o primeiro "pacote" editado pelos novos proprietários do Estado brasileiro, para tornar um pouco menor o seu inadimplemento crônico, vai produzir na parte saudável da nossa economia, já não constitui a maior preocupação. Pelo contrário, tudo indica que este exercício seria pura perda de tempo uma vez que, com a repetição do que já aconteceu com o Plano Nacional de Reforma Agrária, a tática de negar que seja verdadeiro aquilo que está escrito nos seus próprios textos legais — como tenta fazer, agora, o ministro Dílson Funaro — caracteriza-se como o "padrão normal" de comportamento da Nova República quando se trata de "vender" à opinião pública as suas "propostas de mudança". E, se se nega o ponto de partida da discussão, se mesmo este é fluido, não há como levá-la adiante com um mínimo de seriedade. Para se avaliar este ponto, bastam as primeiras projeções feitas por técnicos abalizados de várias entidades respeitáveis que — com rigorosa unanimidade — nos dão conta de que a devastação será bem maior — em uma só tacada — do que a que provaram muitos dos tímidos "embulhos" amarrados no passado pelo ministro Delfim Netto, somados.

Também não vale a pena especular sobre a eficácia do pacote analisado do ponto de vista dos interesses do próprio governo. Para aqueles que estão inclinados a acreditar na afirmação dos que o amarraram de que ele "resolverá" em tal medida o problema do déficit crônico nas contas governamentais, que, "certamente será o último", basta recordar uma afirmação feita pelo titular da Sest, Henry Philip Reichstul: "Para cobrir o déficit acumulado desde 1976 apenas pelas Acominas (uma entre as centenas de estatais deficitárias), hoje representando US\$ 3 bilhões, seria necessário aumentar em 40% o Imposto de Renda de todas as pessoas físicas do País". Lembra ainda o sr. Reichstul que a dívida externa somente dos setores elétrico e siderúrgico do braço empresarial do Estado é de US\$ 25 bilhões, 25% de toda a dívida externa do Brasil. Além deste dado, que, por si só, torna desnecessário qualquer outro, é bom recordar que foi a cláusula do pacote que falava, não em desestatização, mas apenas na venda de parte das ações das estatais que estão nas mãos do governo, sem abrir mão da maioria, que fez com que os nossos congressistas — no seu zelo estatizante — ameaçassem rejeitá-lo todo, e que o governo, por isso, apressou-se em retirá-lo do projeto.

Quanto à parte do "pacote" que previa a "desregulamentação" da economia — isto é, a eliminação de parte das milhares de barreiras inúteis que a burocracia, nos últimos anos, pôs no caminho de todos os brasileiros que desejam trabalhar seriamente, com o intuito de criar "gargalos" e "porteiras" que pudesse lhes render "pedágios" (por exemplo, existem hoje mais de 11 mil tipos de "concessões" para negócios que vão desde a abertura de um canal de televisão até a abertura de um simples posto de gasolina, que só os burocratas do Estado podem dar) — também "ficou adiada para o ano que vem", segundo a "explicação" do secretário executivo da Comissão Especial de Desestatização, "porque havia muita coisa a fazer e não há hábito".

Assim, "por falta de tempo, o governo fará agora apenas a parte que resulta em aumento da sua receita, deixando, como sempre, para depois toda a parte que fala em cortes em suas despesas, com exceção de poucos menos de dois mil automóveis oficiais que, segundo se afirma, serão mesmo vendidos. E pagar para ver...".

A parte social do pacote é uma mentira

Quanto a tal "intenção social" do "pacote"; quanto a esta história de que "a esmagadora maioria da população brasileira, dos assalariados e dos trabalhadores, só vai lutar com ele", é uma mentira a que se pode

responder com uma pergunta: se é assim, por que o governo não usou este "presente" aos trabalhadores e assalariados brasileiros para evitar a grande derrota que sofreu nas últimas eleições municipais? Por que esperou passarem as eleições para apresentá-lo ao Congresso e à Nação se poderia, de uma só vez, ajudar a eleição dos candidatos do PMDB e evitar a desmoralização que está sofrendo por tê-lo apresentado três dias úteis antes do início do recesso parlamentar, acompanhado, ainda, da reiterada ameaça de que se o "presente" fosse rejeitado, o governo o imporia à força aos supostos "beneficiados" através do recurso do decreto-lei que o presidente Sarney jurou jamais usar? É claro. Não existe mágica neste planeta que torne possível o milagre de fazer o governo tirar Cr\$ 80 trilhões da economia, sem que ninguém perca nada com isso...

Aliás, sobre a tal "parte social do pacote", é preciso lembrar o seguinte: segundo os primeiros cálculos dos técnicos, conforme já disse, o "lucro" do governo com toda a "operação" não será menor do que Cr\$ 80 trilhões. Provavelmente, até mais. E, no entanto, sabemos agora que a fatia deste bolo que será destinada à parte "social" do "projeto de mudanças" é de apenas Cr\$ 5 trilhões. O governo tentou, mais uma vez, enganar a opinião pública e os congressistas, apresentando o custo total (Cr\$ 76 trilhões) do seu projeto "social" para 1986 — que, na verdade, deve ser chamado de assistencial —, omitindo que Cr\$ 71 trilhões deste total já estavam alocações no orçamento da União para o próximo ano, com verbas independentes das que vieram com o novo "pacote".

A conclusão, portanto, é que o que sobra do "pacote" como fato consumado é o assalto às cadernetas de poupança, aos fundos de garantia, e a outros rendimentos — como a remuneração dos títulos que o próprio governo lança no mercado para financiar o seu déficit — pagos em função do novo índice manipulado de correção monetária, que rendeu ao governo, segundo os primeiros cálculos dos especialistas, pelo menos Cr\$ 12 trilhões em algumas horas; e a parte tributária propriamente dita, tanto a que atinge as pessoas jurídicas quanto a que atinge as pessoas físicas. Como se vê, é, para o governo e para ninguém mais, um alto negócio...

Mas se todos estes dados que acabo de apresentar são públicos e notórios, e do conhecimento geral da Nação, como se explica que o Congresso Nacional em peso — e as exceções respondem a interesses partidários e não ao interesse dos contribuintes — tenha aprovado o "pacote" com ligeiras modificações que não o alteram em sua substância?

Eis aí o ponto que merece as nossas maiores preocupações. Primeiro, esta maneira despidorada com que os homens foram autorizados pelo povo a subir aos cargos que hoje ocupam exclusivamente pelo compromisso público que assumiram de reabilitar o compromisso dos governantes brasileiros com a seriedade e com a verdade, recorrem à mentira, à falsificação de dados, à figura prevista em lei da falsidade ideológica (prometendo uma remuneração "x" aos aplicadores em cadernetas de poupança e recusando-se a pagá-la, no fim do contrato, por exemplo) para tentar impingi-lo à Nação, comprova, no mínimo, que mesmo a qualidade moral e ética do novo governo, da Nova República — a única "mudança" que seus defensores ainda alegavam, diante da evidência de que, no mais, tudo permanece igual ao que era antes — nada fica a dever à Velha República. Segundo ponto — que parece ainda mais grave — é que a tentativa de fazer o Congresso Nacional aprovar "no escuro" um documento legal de mais de 200 páginas que dispõe, em termos técnicos e com um nível de minúcias que ultrapassa todos os limites da verossimilhança, sobre virtualmente todos os assuntos relativos à vida de uma sociedade — das doenças venéreas (acredite se quiser, elas estão no "pacote") às intrincadas relações entre o capital, o trabalho e o Estado em todas as suas formas possíveis — em apenas três dias úteis, e o fato de os congressistas terem-se apressado em "legitimar" este embuste, comprova-nos, definitivamente, que, no Brasil, o critério da racionalidade como elemento nordeador de qualquer discussão sobre os assun-

tos de interesse geral passa a ser simples letra morta. Do "compromisso com a verdade e com a seriedade", então, nem se fala. Desde o primeiro momento, o governo não perdeu tempo sequer em tentar explicar as minúcias do seu projeto — seja quanto às intenções, seja quanto aos efeitos calculáveis que ele irá ter — aos congressistas e ao povo. Apelou apenas às emoções dos nossos congressistas, contando como certa a sua reação pavloviana ao "argumento" do aspecto social do "pacote", que, como vimos acima, não existe de fato, ou se existe, é tão ínfimo, dentro do todo, que se torna totalmente irrelevante. E, mesmo assim, o "argumento" colou. Isto prova que estamos diante de um governo e de um Congresso onde o que vale mesmo é a lei do mais forte, e onde os argumentos racionais não têm qualquer chance — ou o "tempo" — de serem apresentados. Ora, isto é a própria negação do significado do termo democracia.

O governo tentou mais uma vez enganar a opinião pública

O que está acontecendo é que todos nós estamos sendo vítimas de uma monumental falsificação que já vem de longe. Aproveitando-se do completo sucesso que os governos do período autoritário obtiveram no seu afã de destruir o incipiente sistema educacional que tínhamos, a pretexto de "democratizá-lo", os oportunistas e as forças antidemocráticas de todo o Brasil contam cegamente com a ignorância dos brasileiros sobre a sua própria história, para não falarmos na história atheist. Contam com a nossa famosa "falta de memória", com o nosso "esquecimento", que, como diz o romancista tcheco-slovaco (e que por isso sabe o que está dizendo), Milan Kundera, hoje tão lido no Brasil, "é a matéria-prima de todos os totalitarismos". Contando com a nossa "falta de memória", sentem-se tão seguros em falsificar impunemente a nossa história que ultimamente não têm respeitado sequer aquele limite que é demarcado pela memória de uma mesma geração.

Eousam cada vez mais: tentam falsificar até o que aconteceu ontem, ou, mais que isto — como se comprova com este "pacote" — tentam falsificar até o presente, até o que está acontecendo agora. Ou o que estão fazendo com este "pacote" não é, exatamente, pôr lixo diante dos nossos olhos e jurar, por tudo que é sagrado que é ouro puro?

Pois bem, vamos em frente para desnudar a grande falsificação. Invoco a memória e o testemunho dos leitores, para ajudarem-me nesta tarefa. Parece-nos muito claro que o que levou as multidões de brasileiros à praça pública dar o "golpe de misericórdia" na Velha República não foi o fato de estas multidões sentirem, de modo insuportável, as consequências da falta de liberdade política imposta pelos primeiros governos militares. Pelo menos, nos dois últimos governos do período autoritário — Geisel e Figueiredo —, todos os brasileiros já exerciam de fato as liberdades políticas que caracterizam qualquer regime democrático, com exceção do direito de eleger diretamente o seu presidente. Havia liberdade de imprensa e de crítica (e elas fizeram a famosa amargura pessoal do presidente Figueiredo); havia liberdade de greve (e quem não se lembra do que acontecia no ABC no tempo dos generais?). havia até mesmo liberdade de ação para os partidos clandestinos. Mas o fato de os generais terem "entregado os anéis para não entregarem os dedos", isto é, terem concedido de fato (embora não de jure) as liberdades políticas, para não terem de entregar o controle ditatorial que exerciam sobre a economia, que era — e continua sendo na Nova República — a verdadeira fonte do poder do Estado brasileiro, não alterou o julgamento do povo sobre o regime, e ele foi derrubado. E isto por um fato muito simples: porque o que levou as multidões às ruas nas diretas já, o que levou o povo a derrubar o antigo regime, foram as consequências que ele sofría na pele dessa ditadura econômica exercida pelos generais e por seus ministros, e que continua sendo exercida, com violência crescente, pela Nova República. Era o fato simples de que este sistema que punha, pelo

instrumento dos "pacotes" — e continua sendo pelo mesmo instrumento — todos os brasileiros, que trabalham duro para viver, a serviço do Estado, da sua máquina empresarial falida e da multidão de parasitas que vive à sua sombra, os estava empobrecendo a todos, por mais que trabalhassem, até um limite, alcançado antes deste último "pacote", que lhes pareceu insuportável. Foi isto que levou o povo a dar um basta à Velha República.

O leitor, que certamente participou daquele grande movimento popular, poderá confirmá-lo. O que o levou à praça pública: a vontade de legalizar os partidos clandestinos, a necessidade de convocar uma Assembleia Constituinte que até hoje você não sabe para que serve (as duas únicas "mudanças" já sacramentadas pela Nova República, porque mesmo as outras liberdades políticas que mencionamos continuam como estavam: toleradas mas não garantidas em lei) ou a determinação de fazer com que parasse os assaltos ao seu bolso; de fazer com que fossem eliminadas as dificuldades postas no caminho de quem quer trabalhar por uma burocracia corrupta; a firme decisão de pôr fim a este sistema que tira dinheiro de quem trabalha para continuar sustentando a multidão de apaniguados instalados no funcionalismo público com o fim exclusivo de garantir uma "reserva de eleitores pagos" para os políticos com poder de nomeá-los? Foi isto que os fez ir à rua, leitores, ou, como querem os políticos do PMDB e dos outros partidos que a ele se assemelham, foi a sua vontade de expulsar daqui "as multinacionais que roubam e não nos dão nada em troca", como, por exemplo, a Volkswagen que deu o impulso inicial à indústria de São Paulo e de quebra, engendrou o nosso Lula da Silva, ou outro qualquer dos mitos que lhes são tão caros?

Toda esta Nova República é falsa

A resposta me parece óbvia... Mas acontece que o maior partido que fazia oposição ao antigo regime nunca disse claramente a que se opunha, exatamente, naquele regime. E hoje sabemos que se opunha apenas ao fato de não ser ele a controlar a máquina ditatorial montada por ele para controlar a economia, já que não hesita em usá-la até com violência maior do que faziam os generais. Para dizer a verdade, este partido nunca chegou a se opor claramente à ditadura econômica do antigo regime. Mas também nunca chegou a dizer claramente a que não se opunha no antigo regime. Em seus comícios, falava apenas, genericamente, em "democracia" — nome que, hoje está claro, aplica tanto ao regime da União Soviética quanto ao regime dos Estados Unidos... E novamente apelo ao seu testemunho e à sua memória, leitor e eleitor, para confirmar esta afirmação: eles foram eleitos exclusivamente porque se opunham — genericamente — a tudo que o regime representava, o que, para o povo, tinha certeza, significava também e principalmente a ditadura econômica cujas consequências ele sofría diretamente na pele. E mais que claro que se afirmasse naquela época, no seu comícios, nas suas plataformas eleitorais, que pretendiam chegar ao poder para continuar editando "pacotes" contra a economia popular, contra o contribuinte, contra os trabalhadores, que não pretendiam despedir nem um único sequer dos milhões de funcionários ociosos que foram inventados com o fato exclusivo de complicar nossas vidas ou de cobrar-nos uma quantia — sempre substancial — para "descomplicar" a complicação criada por eles próprios, como estão fazendo concretamente agora, não teriam sido eleitos então.

Mas eles aproveitaram-se do nosso desespero, enganaram-nos e foram eleitos. E agora, podem "interpretar" a intenção de quem votou neles. Assim, em vez de nos proteger do leão, pôem-se a si mesmos fora do seu alcance (deputados, senadores, juizes e militares não pagam impostos neste país!), enquanto o atacam contra nós, e ainda se divertem conosco, dizendo que tudo é para o nosso próprio bem.

Em vez de defenderem os indivíduos — que somos nós — defendem o Estado, com o qual se identificam. Em vez de saírem à caça dos milhões de funcionários públicos cujo ócio sustentam roubando o nosso trabalho, contentam-se em legalizar os partidos antidemocráticos e nos fazer discursos sobre o que, nas modernas tecnologias essenciais ao nosso desenvolvimento futuro, ameaça a nossa "identidade cultural" e a nossa "soberania" para, sob este pretexto, entregar toda a indústria de informática a uns poucos "amigos". Para não desempregarem esta multidão de parasitas, os grandes falsificadores (que também não têm de trabalhar para receber o seu jeto) "não vêem" este escândalo que clama aos céus, que é a administração pública no Brasil. Preferem aprovar "pacotes" que vão provocar o desemprego e o empobrecimento "dos outros" para continuar alimentando o escândalo, e, o que é pior, continuam impunes por isso!

O leitor já terá tirado a conclusão óbvia de tudo isto: é tudo falso na política deste país! A "preocupação social" deles é falsa. As "boas intenções" deles são falsas. A própria "legitimidade" que eles arrolam é falsa. Toda esta Nova República é falsa. Só não é falso mesmo o dinheiro que eles nos tomam. Mas, mesmo este, a inflação se encarregará de falsificar...

Mas, felizmente, há uma outra coisa que não é falsa neste país, que é o poder de voto que conquistamos, e que ninguém vai nos tirar, nunca mais. Esta é a arma que temos para dar-lhes o troco que podemos dar. E o troco é este. É tirar-lhes a única coisa que prezam na vida: o poder! Em primeiro lugar, não elegeremos mais nenhum homem que já tenha participado da política antes neste país. Porque neste meio, salvo raríssimas exceções, se é que as há, todas são podres irrecuperáveis. São eles o verdadeiro "entulho do autoritarismo" de que precisamos, urgentemente, livrar-nos. E que não se tenha medo da renovação, porque é quase impossível que o que vier seja pior do que o que já está aí. Mas, enquanto aguardamos a oportunidade de dar-lhes o troco — e adiantá-lo agora poderia resultar em conseguirmos o milagre de pôr falsificadores ainda piores no lugar dos que estão aí —, se é que entendem o que querem dizer, temos de mobilizar-nos para corrigir o erro básico da nossa formação política, que engendra todos os outros. Temos de apressar esta limpeza recorrendo ao único modo seguro de apressá-la. Temos de desistir, desde já, de continuarmos — como os bebês que gritam diante das mães e não são compreendidos — tentando fazer os políticos que temos entenderem o que queremos através desta linguagem tão limitada que é a do voto, que só permite o "sim" ou o "não". É bom que nos convençamos o quanto antes de que mesmo que dispussemos, já, de uma linguagem melhor, eles não estão interessados em saber o que queremos. Os partidos e os políticos, aqui, sempre foram criados de cima para baixo. Alguém, ou um grupo de gente, sabe-se lá com que intenções verdadeiras, "inventa" um partido e põe-no diante dos eleitores, que só podem aprová-lo ou rejeitá-lo. São sempre os eleitores que têm de "se enquadrar" aos partidos e não o contrário. A eleição para prefeito em São Paulo provou que isto não funciona. Nela, ninguém foi eleito. Venceu o candidato que recebeu menos votos contra. Assim, temos de nos reunir — todos os brasileiros que não temos voz, que não temos representação política, que não temos quem defenda os nossos direitos e os nossos interesses no Congresso Nacional — e criar os nossos próprios partidos a partir de nossas próprias ideias, e depois criá-los para servirem e defendem estas ideias, sob nossa estrita vigilância e de modo profissional e eficiente. É preciso que cada brasileiro procure os outros brasileiros que compartilham dos seus interesses e direitos, procure a sua associação de classe, os seus vizinhos ou o que seja, aproveitando tudo que possa encurtar o caminho para a formação do seu próprio partido ou para a eleição de quem os represente institucionalmente.

E é bom que começemos logo esta tarefa, ou não teremos mais nada para defender. Os inimigos da democracia já estão muito mais adiantados do que nós...